



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 081/13

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Claudia-Pinhais, com sede e foro no Município de Pinhais.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Claudia-Pinhais, com sede e foro no Município de Pinhais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2013.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

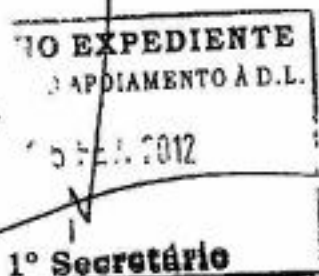
Assinaturas manuscritas de outros membros da comissão de redação, incluindo uma que contém o nome "Relator".



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**GABINETE DO DEPUTADO TERUO KATO**



**PROJETO DE LEI Nº 028/12.**

Dá denominação à PR-218, trecho que liga o município de Paranavaí à Querência do Norte – RODOVIA GERALDO FELIPPE.

Autor: Deputado Teruo Kato

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica denominada Rodovia GERALDO FELIPPE, trecho da PR-218, que liga o município de Paranavaí à Querência do Norte.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Seção, 14 de fevereiro de 2012.

**Teruo Kato**  
**Deputado Estadual**

**JUSTIFICATIVA**

O empresário Geraldo Felipe foi o primeiro paranavaense a receber a mais alta honraria do Estado, o título de Cidadão Honorário do Paraná, Lei Estadual Nº.15.669 em 31/10/2007.

15:56 15/02/2012 000793 IMP RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ


Geraldo Felipe, empresário arrojado que depois de atuar no ramo varejista por mais de 40 anos, com a rede de lojas Casas Felipe, começou em 1993 a conceber a Avícola Felipe.

A ideia foi um desafio, pois inseriu a produção de frangos numa região sem qualquer história ou experiência no setor. Em outubro de 1995, a empresa iniciou suas atividades, tendo sua inauguração oficial ocorrido em 16 de dezembro de 1995, hoje a Avícola Felipe é uma das maiores empregadoras da região de Paranavaí.

Sr. Geraldo Felipe foi sócio-fundador da Associação Comercial e Industrial de Paranavaí (Aciap), sócio-fundador da Santa Casa de Paranavaí e um dos fundadores e eleito o primeiro presidente do Atlético Clube Paranavaí (ACP).

Ele colaborou com diversas entidades assistenciais de Paranavaí. Recentemente o Centro de Atendimento Especial à Criança e Adolescente de Paranavaí (Cecap) homenageou o empresário dando o seu nome ao Anfiteatro construído no local.

Por todos os feitos e pela contribuição valorosa, sempre buscando o desenvolvimento da região, é mais que justo que a PR-218 receba o nome do Sr. Geraldo Felipe.





**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION*



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o projeto de Lei nº 028/2012, de autoria do Deputado Estadual Teruo Kato, que *DÁ DENOMINAÇÃO À PR-218, TRECHO QUE LIGA O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ À QUERÊNCIA DO NORTE RODOVIA GERALDO FELIPPE.*

*Relator: Deputado PEDRO LUPION*

I RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) nº 028/2012, de autoria dos Deputado TERUO KATO, objetiva denominar o trecho da PR-218, que liga o município de Paranavaí à Querência do Norte de *'RODOVIA GERALDO FELIPPE'*.

A justificativa apresentada junto ao projeto de Lei traz o currículo resumido do homenageado, conforme determinação legal.



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION*



Ainda, constam documentos oriundos da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística (por intermédio do DER/PR) informando que o trecho pretendido já tem denominação.

Uma vez proposto o Projeto de Lei o mesmo fora encaminhado a esta Comissão conforme disposto no Regimento Interno desta Casa, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II- ANÁLISE E VOTO

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto de Lei sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I, do Regimento Interno.



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION*



Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material é observada quando o conteúdo de um ato jurídico é obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.

Em relação a constitucionalidade formal, de início se verifica que os proponentes detêm legitimidade nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, o qual menciona que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Em relação à matéria versada no PL não existe qualquer reserva de iniciativa, e no mesmo sentido não há reserva de competência, possibilitando o Estado de legislar sobre o tema.

Quanto à técnica legislativa, vislumbra-se óbice ao texto do projeto, uma vez que não coaduna com o artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 95, de 26/2/98. Conforme se depreende do PL, ou seja, a numeração dos artigos não segue a ordem de numeração ordinal, uma vez que se inicia no artigo 1º, indo diretamente ao artigo 5º.

Porém, tal vício é facilmente sanável por intermédio de substitutivo, o que se apresenta em conjunto ao presente parecer.

Acerca da constitucionalidade material, encontra-se óbice uma vez que o trecho que se pretende nomear já está denominado consoante se verifica nas informações contidas no ofício da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem DER.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 238, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

*Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou*





**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



*geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.*

Além disso, a Lei Estadual Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

*Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)*

Contudo, ainda em relação ao supramencionado ofício se verifica que o trecho compreendido entre os Municípios de LOANDA Á SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, não está denominado, podendo assim receber a homenagem pretendida pelo Nobre Parlamentar.

Diante do exposto, para sanar tanto o vício formal em relação a numeração ordinal dos artigos, bem como o material em relação ao trecho que se pretende denominar é necessário a inclusa EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

É O VOTO.





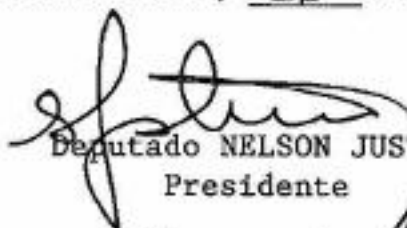
**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

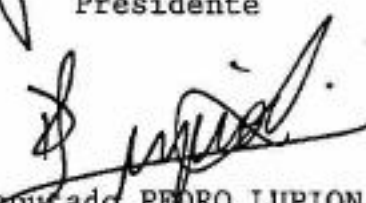


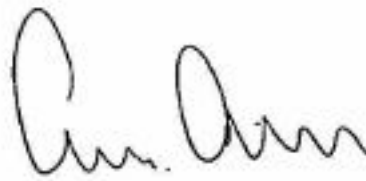
III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 028/2012, de autoria do Deputado TERUO KATO, na forma da inclusa EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

Sala das Comissões, 26 de março de 2013.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator



**APROVADO**  
26 de março de 2013



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 28/12**

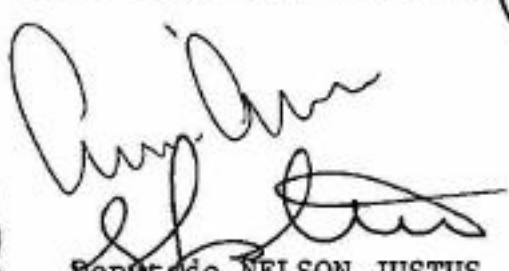
O projeto de Lei nº 28/12, de autoria do Deputado Teruo Kato, passa a contar com a seguinte redação:

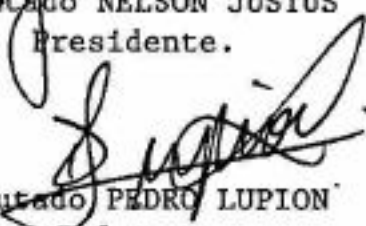
*'Dá denominação á PR-218, Trecho que liga o Município de Loanda á Santa Cruz do Monte Castelo, Rodovia Gèraldo Felipe.*

Art. 1º Fica denominada Rodovia GERALDO FELIPPE, trecho da PR-218, que liga o município de Loanda á Santa Cruz do Monte Castelo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.'

Sala das Comissões, 26 de Março de 2013.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator.

  
  
**APROVADO**

26/03/13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

Presidente: Deputado Francisco Bührer  
Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro  
MEMBROS

Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 028/2012**

Projeto de Lei nº 028/2012  
Autor: Deputado Teruo Kato

Súmula: Dá denominação à PR 218, Trecho que  
liga o Município de Paranavai à Querência do  
Norte, de Rodovia Geraldo Felipe.

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 028/2012 de autoria do Deputado Teruo Kato, denomina "Rodovia Geraldo Felipe" o trecho da PR 218, que liga o Município de Paranavai à Querência do Norte no Estado do Paraná.

Vale destacar que o projeto de Lei 028/2012, aprovado em sua Constitucionalidade pela CCJ, apresenta-se em forma de Substitutivo Geral, o qual limita a denominação para o trecho compreendido entre Loanda e Santa Cruz do Monte Castelo, já que os demais trechos da PR 218 já possuem denominação, conforme ofício 21/2012 - CGM/DOP expedido pelo próprio DER.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 028/2012, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado e a execução de atividades que se baseiam na utilização diária desta rodovia. A simples denominação do trecho supracitado da PR 218, não trará impedimentos que ocasionem a alteração ou interrupção de tráfego no local, haja vista que a proposição apenas homenageia um ilustre cidadão paranaense, sem que para isso haja a necessidade de interferência na utilização do espaço de forma pública e específica.

Cumpra a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*", nos termos do disposto no Art. 33 - F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Justifico desta forma, o mérito da matéria apresentada, homenageando o empresário Geraldo Felipe, que foi um precursor na história do município de Paranavai e

Região, relevando o interesse público em gozar de empreendimentos valorizando de certa forma os profissionais que contribuíram de forma direta para esta realização. Geraldo Felipe realizou um trabalho ilustre em prol de todo o crescimento regionalizado, restando assim grandes evidências da não existência de qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que a proposta não causa qualquer interferência no trecho da rodovia a ser denominada.

LEGISLATIVA  
19

### III – CONCLUSÕES

O artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, torna-se relevante com o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

Citando assim, destaca-se o mérito da matéria em questão, atrelado ao bem comum e a importância desta proposição, apresentando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para a região de Paranavaí. O Projeto de Lei 028/2012, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ em sua relatoria apresentada pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva apenas homenagear um cidadão paranaense, sem que para isso necessite causar interrupção, alteração ou dificuldades de trafegabilidade no trecho acima descrito.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 028/2012, na forma do Substitutivo Geral apresentado pela CCJ.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.  
Sala das Comissões em 08 de abril de 2013.

FRANCISCO BUHRER  
Presidente da Comissão

JONAS GUIMARÃES  
Relator

ADELINO ZIBERO

TERCÍLIO TURINI

ELTON NELTER

PR. EDSON



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI 631/2013**

**Súmula:** Dispensa de pagamento os créditos tributários referentes a fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA lançados até 31 de dezembro 2007, conforme especifica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Ficam dispensados de pagamento os créditos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA ocorridos até 31 de dezembro de 2007, ajuizados ou não.

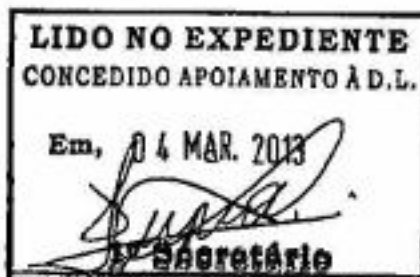
**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de fevereiro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 016 /2013

Curitiba, 27 de fevereiro de 2013.

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em, 04/03/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dispensar de pagamento os créditos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA ocorridos até 31 de dezembro de 2007, ajuizados ou não, não autorizando a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Segundo informações do setor de IPVA da Inspeção Geral de Arrecadação, órgão da Secretaria de Estado da Fazenda, o percentual de inadimplência total do exercício de 2007 (valor lançado/valor pendente) é de 1,1% e os valores a dispensar importam em R\$ 11.289.193,93 (onze milhões, duzentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e três reais e noventa e três centavos) - referência novembro de 2012, considerando-se 33.480 (trinta e três mil e quatrocentos e oitenta) débitos.

Devido ao baixo índice de inadimplência e ao alto custo para a realização da cobrança dos débitos pendentes, bem como atendendo aos princípios da razoabilidade e da economicidade, torna-se viável a remissão ora proposta.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.746.214-5



**PARECER AO PROJETO DE LEI 063/2013**

Projeto de Lei nº 063/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 016/2013

**Súmula:** Dispensa de pagamento os créditos tributários referentes a fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA lançados até 31 de dezembro de 2007, conforme especifica.

**EMENTA:** TRIBUTÁRIO. DISPENSA PAGAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS REFERENTE AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – IPVA LANÇADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2007. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva dispensar de pagamento os créditos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA ocorridos até 31 de dezembro de 2007, ajuizados ou não, não autorizando a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
LIDERANÇA DO GOVERNO



Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e  
Justiça compete:  
1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua  
constitucionalidade, legalidade, juridicidade,  
adequação regimental e caráter estrutural, em face  
do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de  
fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e  
ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da  
Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado,  
ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-  
Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos  
casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer  
Membro da Assembléia, ao Governador, aos  
Tribunais e ao Ministério Público, que poderão  
solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em  
qualquer fase de sua tramitação.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
LIDERANÇA DO GOVERNO



Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

VI - Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 155:

Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

{...}

III - propriedade de veículos automotores.

Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente projeto de lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar acerca de IPVA.

Nesse sentido já se manifestou o Relator Ministro Eros Grau da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal no RE 414259 AgR/MG:

EMENTA: AGRÁVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IPVA. LEI ESTADUAL. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS EM RAZÃO DO TIPO DO VEÍCULO. 1. Os Estados-membros estão legitimados a editar normas gerais referentes ao IPVA, no exercício da competência concorrente prevista no artigo 24, § 3º, da Constituição do Brasil. 2. Não há tributo progressivo quando as alíquotas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
LIDERANÇA DO GOVERNO



são diferenciadas segundo critérios que não levam em consideração a capacidade contributiva. Agravo Regimental a que se nega provimento" (grifos nossos).

Assim sendo, verifica-se que a Constituição da República autoriza ao Estado legislar sobre o IPVA.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 que determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que abrange um valor de inadimplência irrelevante, de 1,1% (um vírgula, um por cento) e, portanto, amparada pelo art. 16 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei em virtude de encontrar-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

APROVADO

12.03.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 063/13**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 016/2013 que dispensa de pagamento os créditos tributários referentes a fatos geradores do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2007.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa e competência, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Já a Constituição Federal em seu art. 100, inciso II, ressalta a competência dos Estados para tratar de assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Insta ressaltar que, conforme informações do órgão responsável da Secretaria de Estado da Fazenda, o percentual de inadimplência total do exercício de 2007 é de 1,1% (um vírgula um por cento). Tendo em vista tratar-se de baixo índice de inadimplência e considerando o alto custo para a realização da cobrança dos débitos pendentes, torna-se viável a dispensa de pagamento dos créditos tributários referentes ao IPVA, objeto da presente proposta.

De igual modo observa-se na proposta que a dispensa de pagamento os créditos tributários referentes ao IPVA lançados até 31 de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



dezembro de 2007, não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

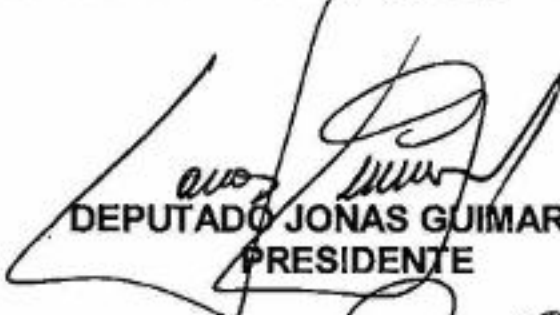
Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta apresenta-se em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

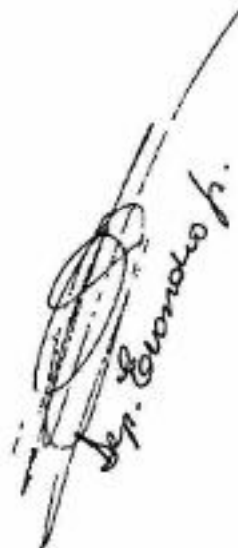
Sala das Comissões,

03/04/13

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

  
Dep. Quinteiro

  
Dep. Leonardo P.





**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 063/13**  
**Autoria: - Poder Executivo**

**I — RELATÓRIO**

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 16/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta "Dispensa de pagamento os créditos tributários referentes a fatos geradores do imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA lançados até 31 de dezembro de 2007," ajuizados ou não, não autorizado a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Segundo informações do setor de IPVA da Inspeção Geral de Arrecadação, órgão da Secretaria de Estado da Fazenda, o percentual de inadimplência total do exercício de 2007 (valor lançado/valor pendente) é de 1,1% e os valores a dispensar importam em R\$ 11.289.193,93 (onze milhões, duzentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e três reais e noventa e três centavos) – referência novembro de 2012, considerando-se 33.480 (trinta e três mil e quatrocentos e oitenta) débitos.

Devido ao baixo índice de inadimplência e ao alto custo para a realização da cobrança dos débitos pendentes, bem como atendendo aos princípios da razoabilidade e da economicidade.

**II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER**

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A autorização para a dispensa de pagamento os créditos tributários referentes a fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA ora proposta encontra-se arrimada no art. 130 da Constituição Estadual que reza:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



"Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, da Constituição Federal.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

### III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à isenção de imposto.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 25 de março de 2013.

10 DE ABRIL DE 2013  
VALE A RASURA.

DEP. NEREU MOURA  
PRESIDENTE

DEP. FRANCISCO BUHRER  
RELATOR

Dep. Jorginho Guimarães  
Dep. Luis Verri

Dep. Eli Rusch  
Dep. Batista  
Dep. Pastor Edson